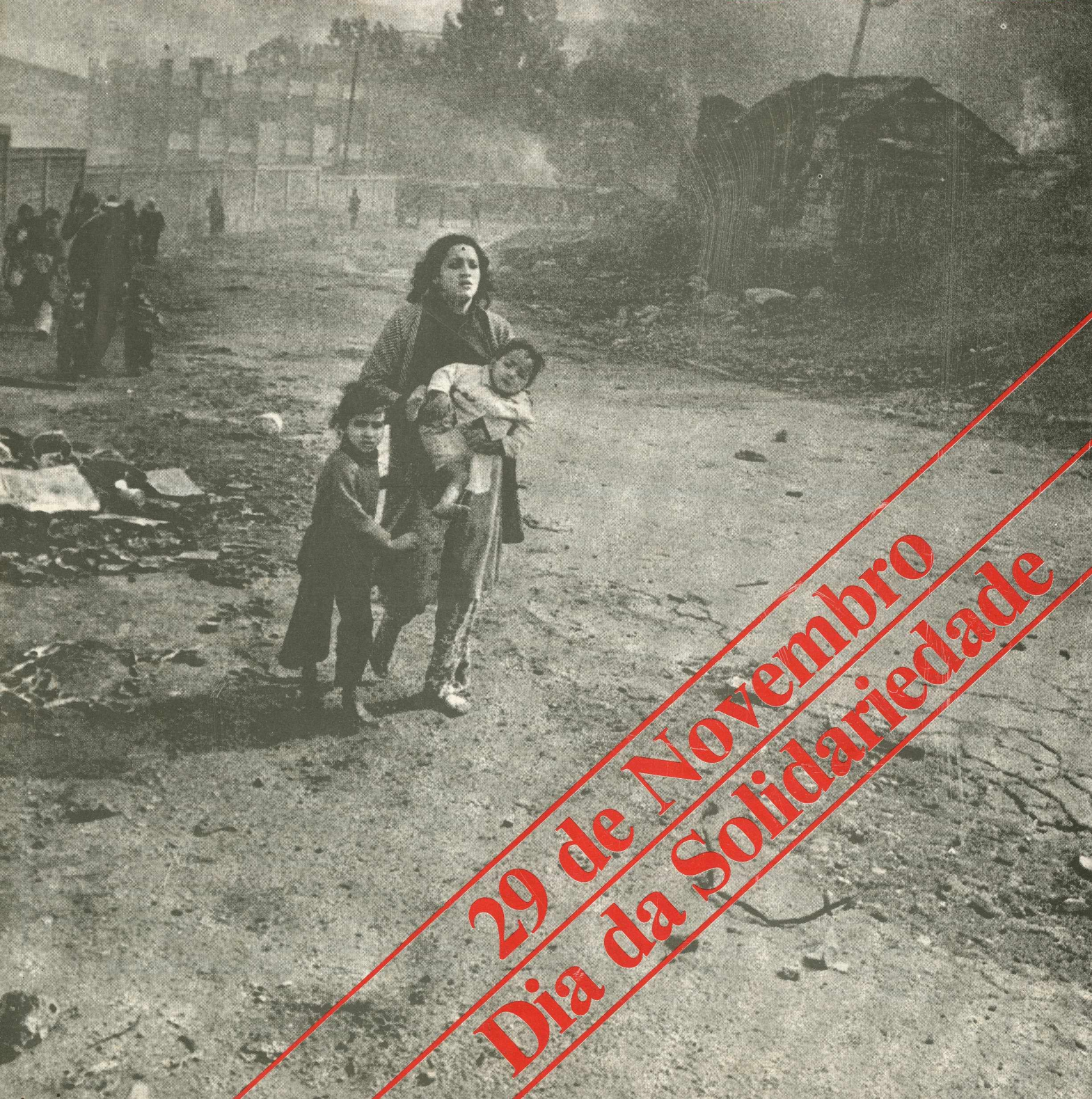


Ano 1 — Nº 1 — Novembro/84

Palestina



29 de Novembro
Dia da Solidariedade

APRESENTAÇÃO

O escritório da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil, publicou, dois meses atrás, uma revista que lembrava a passagem do segundo aniversário dos massacres de Sabra e Chatila. Esta publicação teve grande receptividade nos meios políticos e outros setores da sociedade brasileira. Esta acolhida nos encorajou a publicar este novo trabalho, dedicado ao Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, a 29 de novembro.

Estas revistas, que têm aparecido esporadicamente como comemorações de datas importantes, passarão a ser periódicas. Esperamos com isto preencher um espaço importante e esclarecer a opinião pública brasileira sobre a realidade palestina.

A OLP, perfeitamente consciente de que por trás do fuzil tem que estar a ideologia, e de que a bala não orientada se tornará uma bala perdida para a revolução, quer definir antes de tudo seus objetivos e sua marcha.

OLP – Brasil

Agradecemos o apoio e a colaboração da Missão da Liga dos Estados Árabes para a realização do n.º 1 da Revista Palestina em português e espanhol.

“O povo palestino, como outros povos do mundo, não gosta da guerra, mas luta pela Justiça. Nosso povo ama a paz e aspira por ela. Mas reconhece que a paz não pode ser alcançada quando nega os seus direitos e sua identidade nacional”.

Yásser Arafat

ÍNDICE	PALESTINA
Editorial	3
Frases	4
O Dia da Solidariedade	5
Frases	6
O Apoio Brasileiro.	7
A Partilha	8
Fátima-Palestina	9
Israel, Ascensão do Fascismo.	11
Frases	14
O Rabino.	15
ET: Palestina.	17
Cartas	18
Frases	19
Resolução 3236.	20
	Diretor Responsável: Georges L. Bourdoukan
	Colaboradores: Fawzi El-Mashni Rájeih Saadeh Maria de Felipe Martinez Aldegonda Granja B.

A Revista Palestina é órgão oficial da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil.
Endereço: SHIS - QI 07 - Conjunto 8 - Casa 8 - Brasília-DF - Cep: 70.279 - Telefones: (061) 248-4760 - 248-4788
Telex (061) 1026 - NASR - Caixa Postal, 122621 - Brasília - DF

EDITORIAL

Em 1967, através da Resolução nº 40-32, a Assembléia Geral das Nações Unidas declarava o dia 29 de novembro como Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. A escolha desta data não foi casual, pois foi exatamente em 29 de novembro de 1947 que a mesma ONU aprovou a partilha da Palestina, sem o consentimento do povo palestino e sem levar em consideração os legítimos direitos deste povo — que habita a Palestina há mais de um milênio.

A Palestina foi assim dividida em dois Estados: um judaico, o embrião do que hoje se conhece como Estado de Israel, e um Estado palestino, que nunca viu a luz, que foi afogado no berço pelo expansionismo israelense. O Estado de Israel foi proclamado em 15 de maio de 1948 e desde o primeiro momento demonstrou o seu caráter racista e sua tendência expansionista, pois já na data de sua proclamação apropriou-se de amplas áreas pertencentes ao Estado palestino. Assim, em etapas sucessivas, em 1948 e em 1967, o Estado de Israel acabou por ocupar toda a terra palestina. As repetidas declarações dos líderes sionistas, afirmando que as terras ocupadas são parte indivisível do Estado de Israel, provam de modo inequívoco a natureza expansionista daquele Estado. Além do mais, Israel é o único Estado do mundo que até hoje não tem fronteiras definidas.

O Estado de Israel, que não possui raízes históricas ou culturais na Palestina, foi criado por decisão da ONU quando a ONU era integrada por poucos países e a influência dos Estados Unidos decisiva. Mesmo assim, a Resolução da ONU conferiu ao Estado judaico somente 1/3 da terra palestina significando que toda a posterior expansão israelense é ilegal.

A motivação principal da doação das terras palestinas ao movimento sionista foi (sempre assim apresentado) a piedade e o choque ante os crimes cometidos na Europa, contra os judeus. O que nunca foi explicado é a razão pela qual os palestinos deveriam pagar pelos crimes cometidos por outros, sendo transformados em vítimas de uma grande tragédia.

Mas hoje, aqueles que apoiaram a criação do Estado de Israel, a começar pela própria ONU, sentem-se chocados pelo expansionismo, pelos crimes e pelo comportamento daquele Estado, resultando numa série de condenações.

A partilha da Palestina, contra a vontade do povo palestino é lembrada pela ONU a cada 29 de novembro, pois ainda não existe o Estado palestino, que a própria ONU proclamou.

Por esta razão, este dia é declarado o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, até que este povo recupere seus direitos inalienáveis ao retorno, à autodeterminação e à criação de um Estado palestino em solo palestino.

A luta continua.

Dr. Farid Suwwan

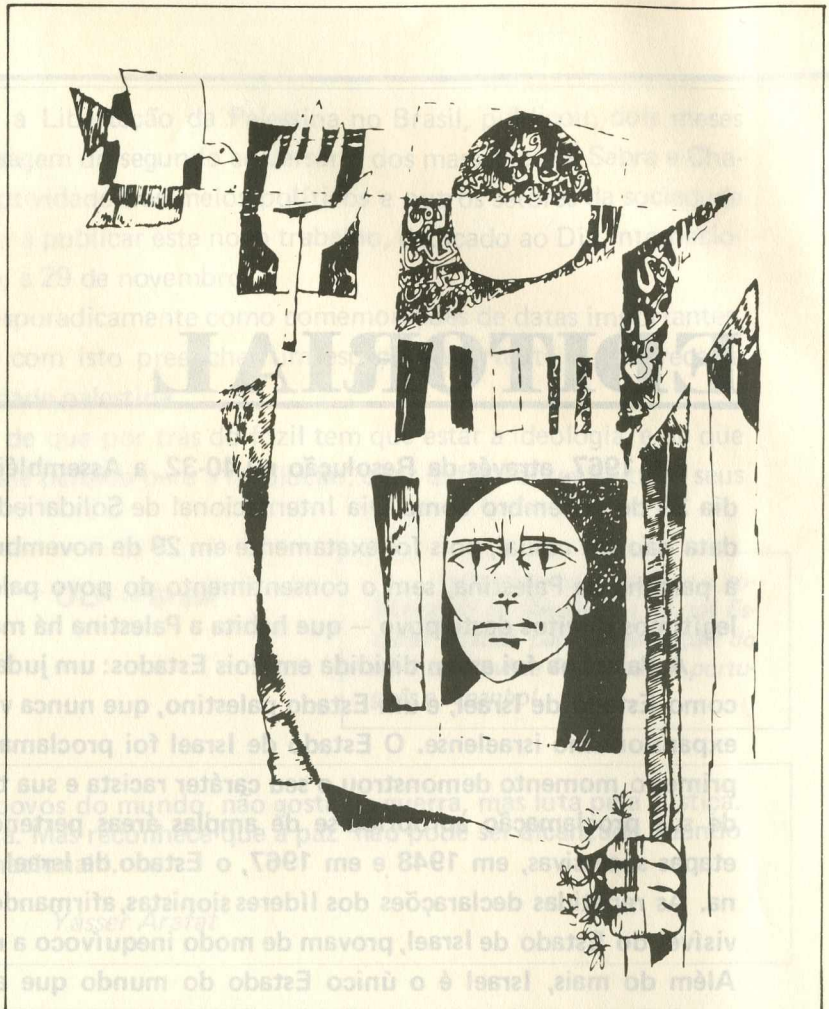
Representante da O.L.P. no Brasil

APRESENTAÇÃO

“Os sionistas alegraram-se ao ver a Grã-Bretanha retirar-se da Palestina. Seu objetivo era expulsar a população árabe indefesa, para dar suas casas e terras aos imigrantes judeus que chegavam. Os árabes — muçulmanos e cristãos — foram imediatamente submetidos aos ataques mais brutais das três organizações terroristas: Haganah, Ir-gun e Stern. Essas atrocidades eram glorificadas por seus autores sob o nome de “batalha da independência”.

“Memórias de Guerra” (Londres).

General Montgomery



“Israel ocasionou uma trágica perda de Direitos Humanos a um número incrível de pessoas, alcançando a casa dos milhões. Qual é o significado dos Direitos Humanos, se não incluírem o direito de se viver em paz no seu próprio país? Que direitos são gozados por essas centenas de milhares de refugiados que cercam Israel e os territórios recém-ocupados? Por quanto mais tempo deverão sofrer tal crueldade? Como pode o mundo tolerar tal miséria, ocasionada por uma ruidosa agressão? Se este Ano dos Direitos Humanos significa alguma coisa é preciso fazer uma campanha nova de âmbito mundial lançada para assegurar o direito de todo o povo da Palestina à sua pátria. Sem essa justiça elementar, falar de Direitos Humanos no Oriente Médio será uma fala vazia”. (Mensagem à Conferência Internacional Parlamentar. Cairo, 2 a 5 de fevereiro de 1970).

Bertrand Russel



“No que concerne ao direito de família impera o direito hebraico baseado na tradição oral, o que tem trazido algumas dificuldades nas relações judeus-não-judeus. Por exemplo, se um judeu quiser se casar com uma não-judia, tem que viajar para Chipre”.

Dr. Sérgio Ribeiro da Costa, jurista
“Jornal do Brasil” — Rio de Janeiro — 22-05-1977

O DIA DA SOLIDARIEDADE

Resolução 32/40 - ONU

B — A Assembléia Geral

HAVENDO EXAMINADO o informe do Comitê para o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino.

TOMANDO NOTA, em particular, das observações que figuram nos parágrafos 38 a 42 do referido informe.

RECONHECENDO a necessidade de dar a máxima difusão possível a informação sobre os direitos inalienáveis do povo palestino e sobre os esforços das Nações Unidas em promover o êxito de tais direitos.

1 — PEDE ao Secretário Geral que crie dentro da secretaria das Nações Unidas uma Dependência Especial dos Direitos dos Palestinos que se encarregará de:

- a) Preparar, com orientação do Comitê para exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino relacionados com:
 - a.1. — Os direitos inalienáveis do povo palestino;
 - a.2. — As resoluções pertinentes da Assembléia Geral e outros órgãos das Nações Unidas;
 - a.3. — As atividades do Comitê e outros órgãos das Nações Unidas, a fim de promover o êxito desses direitos;
- b) Fomentar a máxima publicidade dos referidos estudos e publicações por todos os meios adequados;
- c) Organizar em consulta com o Comitê a partir de 1978, a observância anual do 29 de novembro como o **DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO**;

2 — PEDE AINDA ao Secretário Geral que assegure a plena cooperação do Escritório de Informação Pública e outras dependências para que a Dependência Especial dos Direitos dos Palestinos possa realizar suas tarefas;

3 — CONVIDA a todos os governos e organizações a prestar sua cooperação ao Comitê para o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino e a Dependência Especial dos Direitos dos Palestinos em cumprimento da presente resolução.

Nova York, 02 de Dezembro de 1977

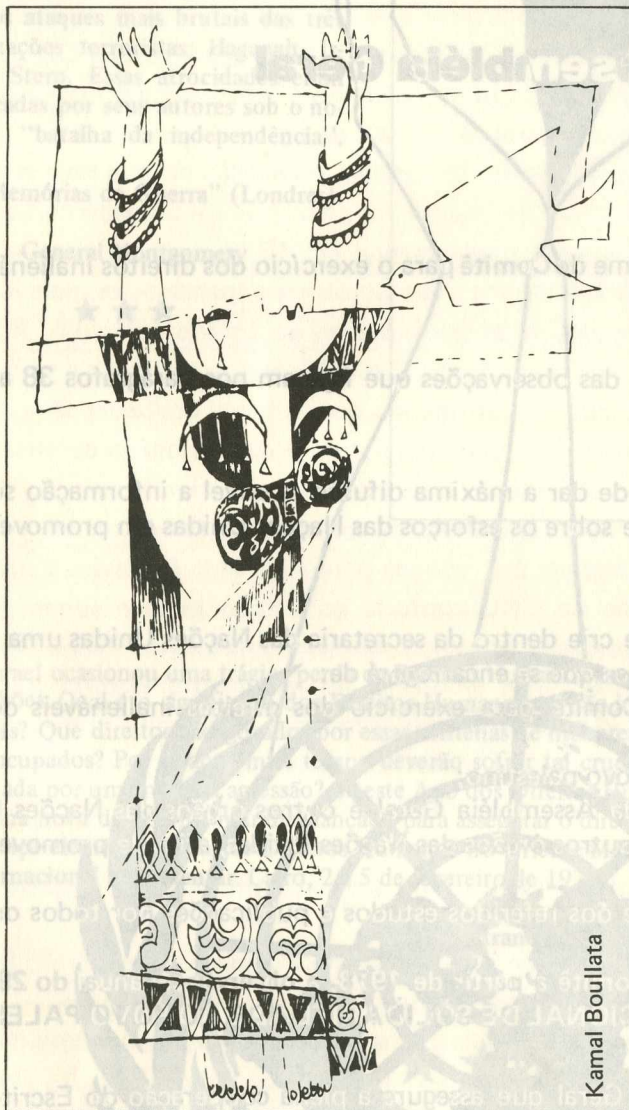
“Se quiser escrever sobre um assunto importante, levarei você até o campo de refugiados situado no outro lado da rua. Lá existem pessoas que lhe darão detalhes sobre o massacre de Dawyima ”.

Isto me foi revelado há algumas semanas por um dos filhos ilustres de Hebron. Perguntei-lhe: Dawayma? Mas não existe nenhum nome assim.

– Agora não existe, respondeu ele, mas em 1948 existia. (. . .) Foram assassinados 580 pessoas, velhos, mulheres e crianças.

Em nossa realidade israelense não somente é possível praticar os piores crimes contra os palestinos, como também é possível encontrar milhares ou dezenas de milhares de pessoas que conhecem a realidade dos massacres, mas silenciam e até mesmo os inocentes se tornam cúmplices destes massacres”.

Trecho da reportagem de Yulia Harshfi para a publicação israelense Hadashot (edição de 24/08/84) sobre o massacre da aldeia de Dawyima em 28/10/48 e somente agora revelado.



“O direito de cidadania ‘de fato’ é um direito a que os árabes em Israel têm mais legitimidade do que os judeus”.

(. . .) só há uma solução para Israel, isto é, o reconhecimento unilateral do compromisso do Estado para com os árabes – não para ser utilizado como um ponto de negociação, mas para reconhecer o total compromisso moral do Estado israelense para com os antigos habitantes da Palestina”.

Erich Fromm – Escritor e Psicanalista



“Não meu senhor, eu não posso compartilhar com sua posição (em apoiar Israel). Pelo contrário. Eu considero que qualquer apoio nesse sentido é prejudicial e deve ser evitado, quaisquer que sejam as circunstâncias”.

Herman Hesse – Escritor

(Em resposta ao escritor sionista Max Brawnd que lhe pedia para apoiar a criação do Estado de Israel).

O APOIO DOS BRASILEIROS

Qual é o significado do dia 29 de novembro?

O que representa o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino?

Vários deputados, membros da Liga Parlamentar de Amizade e Cooperação Árabe-Brasileira, respondem a estas perguntas e falam da importância da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e da necessidade de os palestinos recuperarem sua pátria.

Os deputados farão uma série de pronunciamentos na Câmara Federal, para reafirmar seu apoio à justa luta desse povo, brutalmente expulso de sua terra pelo sionismo.

O dia 29 de novembro foi consagrado pela Organização das Nações Unidas, que procurou nesta data estabelecer a solidariedade dos povos de todo o mundo ao povo palestino, em função de sua luta pelo restabelecimento de seu território. É bom lembrar que apesar de ter o seu território usurpado, o povo palestino tem um Congresso semelhante ao nosso, com parlamentares que são escolhidos nos países onde os palestinos habitam temporariamente, que se reúne periodicamente para renovar a direção do movimento que sustenta a luta do povo palestino — a Organização Para a Libertação da Palestina.

Sabemos que num dia muito breve, conduzida pelo trabalho e pela liderança de Yásser Arafat, esta gente haverá de construir o seu país. Um país livre, soberano e independente.

Airton Soares — PT (SP)

O dia 29 é a data de afirmação do povo palestino. Nós brasileiros, integrantes da Liga Parlamentar de Amizade e Cooperação Árabe-Brasileira, temos, de há muito, uma posição de defesa do Estado Nacional Palestino.

Entendemos que essa data é muito importante na consolidação dos objetivos para a criação de um Estado palestino livre, democrático onde é hoje a Palestina ocupada. Objetivo esse que vem almejado pelo comandante Yásser Arafat.

Deputado Hélio Duque — PMDB (PR)

O dia 29 indica o interesse internacional pela causa palestina, a mais justa deste século. Todos apoiam o encontro de uma solução para essa causa, exceto Israel e os Estados Unidos, que apoiam e ajudam a política agressiva, expansionista e racista de Israel. O dia 29 significa o apoio internacional ao povo palestino para que prossiga em sua justa luta contra a opressão, o racismo e a guerra colonial de ocupação.

Deputado Amaury Muller - PDT (RS)

O dia 29, ao lado do significado oficial da data instituída pela ONU, tem outro aspecto que transcende aos documentos meramente protocolares. É uma oportunidade que o mundo inteiro tem para reverenciar a perseverança, o destemor e a obstinação do povo palestino. Este é o significado fundamental da data.

Deputado Leorne Belém — PDS (CE)

O dia 29 significa o reconhecimento da ONU, o que vale dizer o reconhecimento do Estado palestino por todas as nações livres do mundo. Eu acho que esse reconhecimento é fundamental para que nós tenhamos amanhã o Estado palestino livre e soberano, assentado em sua própria terra.

Deputado Fernando Cunha - PMDB (GO)

O dia 29 é um dia de grande significado para todos aqueles que acompanham a política internacional e sobretudo que vêm na política nacional uma projeção dos sentimentos cristãos, sentimentos de fraternidade e solidariedade humana do povo brasileiro. E no dia 29 nós homenageamos os palestinos, essa gente lutadora, essa gente boa, que busca suas raízes num dos locais da humanidade mais antigos, milenares. O povo palestino vem recebendo do povo brasileiro, do governo brasileiro e das autoridades e instituições brasileiras, as melhores simpatias, as melhores demonstrações de apoio àquilo que têm direito, sobretudo viver dentro de seu lar.

Ao povo palestino pois, no dia internacional, as homenagens da representação política do povo brasileiro.

**Deputado Bonifácio de Andrade
PDS (MG)**

O dia 29, para o mundo palestino, é uma data muito importante porque ela sintoniza todo amor pela causa palestina. Os palestinos estão sempre dispostos a apoiar os esforços para o encontro de uma solução política que garanta seus direitos. A luta do povo palestino não cessará enquanto os seus objetivos não forem conquistados.

Deputado Haroldo Sanford — PDS (CE)

A PARTILHA

Fawzi El-Mashni

Depois da 1ª guerra mundial, as potências vencedoras, sobretudo a Inglaterra e a França, repartiram os restos do Império Otomano, inclusive aquelas nações às quais tinha sido prometida a independência, como era o caso da Palestina e do mundo árabe em geral.

Mas, mesmo antes do fim do conflito, o império britânico tinha assumido um compromisso com o movimento sionista no sentido de propiciar a criação de um "lar nacional judaico" na Palestina.

Durante todo o transcurso do mandato britânico sobre a Palestina, de 1882 à 1947, as autoridades britânicas reprimiram sistematicamente o crescente nacionalismo palestino, favorecendo porém a instalação de sionistas na Palestina.

A situação foi progressivamente deteriorando-se até que o movimento sionista decidiu que o mandato britânico não era mais útil para seus objetivos. A Inglaterra, que havia publicamente assumido um compromisso perante a Liga das Nações para garantir a independência da Palestina após o mandato, lavou as mãos e transferiu a questão para a recém-criada ONU, Organização das Nações Unidas.

RESOLUÇÃO 181 (II) da ONU de 29/11/47

A Assembléia Geral das Na-

ções Unidas reuniu-se na noite de 29 de novembro de 1947, onde foi votado o plano da partilha resultando em 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, e assim foram conseguidos 2/3 dos votos.

Esta votação resultou na adoção da Resolução nº 181, que recomendava a divisão da Palestina em 6 partes principais, 3 das quais seriam destinadas ao Estado judeu, e as outras 3 partes incluindo Jaffa, seriam destinadas ao Estado árabe, e a internacionalização de Jerusalém.

Observa-se que esta Resolução dava ao Estado árabe 12.000 km² ou 42,88% da superfície da Palestina (os palestinos possuíam antes da partilha quase 95% das terras.

Ao Estado judeu foram reservados 14.200 km² ou 56,47%. Viviam ali, na ocasião, 650.000 árabes e apenas 11.000 judeus.

A rejeição dos palestinos e dos Estados árabes pela Resolução da Partilha é baseada em considerações políticas, históricas e jurídicas. Citaremos aqui apenas os fundamentos jurídicos:

— as Nações Unidas não possuíam qualquer soberania ou qualquer outro direito sobre a Palestina para dividi-la.

— A Resolução da Partilha constitui uma usurpação da soberania do povo palestino.

— A Resolução violou os princípios do artigo 22 do CON-

VENANT da Liga das Nações e da Carta das Nações Unidas.

— Aos Estados árabes foi negado o direito de consultar a Corte Internacional de Justiça sobre a Questão Palestina ou discutir a própria competência da ONU em dividir a Palestina.

— A Resolução foi obtida através da pressão imperialista e da influência sionista.

— A Resolução da Partilha, atribuiu aos judeus, que constituíam menos de 1/3 da população e possuíam menos de 6% das terras, uma área que representa 56,47% da Palestina.

— Israel, desde sua fundação em 1948, aceitou somente a Resolução que o criou, ignorando tantas outras em favor do povo palestino.

Depois da proclamação do Estado de Israel, em 15/05/48, os sionistas ocuparam pela força 78% das terras palestinas.

Na guerra de 05/06/67, Israel ocupou toda a Palestina (Cisjordânia e a Faixa de Gaza), as colônias de Golan, da Síria, além do Sinai — no Egito.

Na invasão do Líbano, iniciada em 4 de junho de 1982, Israel ocupou o Sul do Líbano.

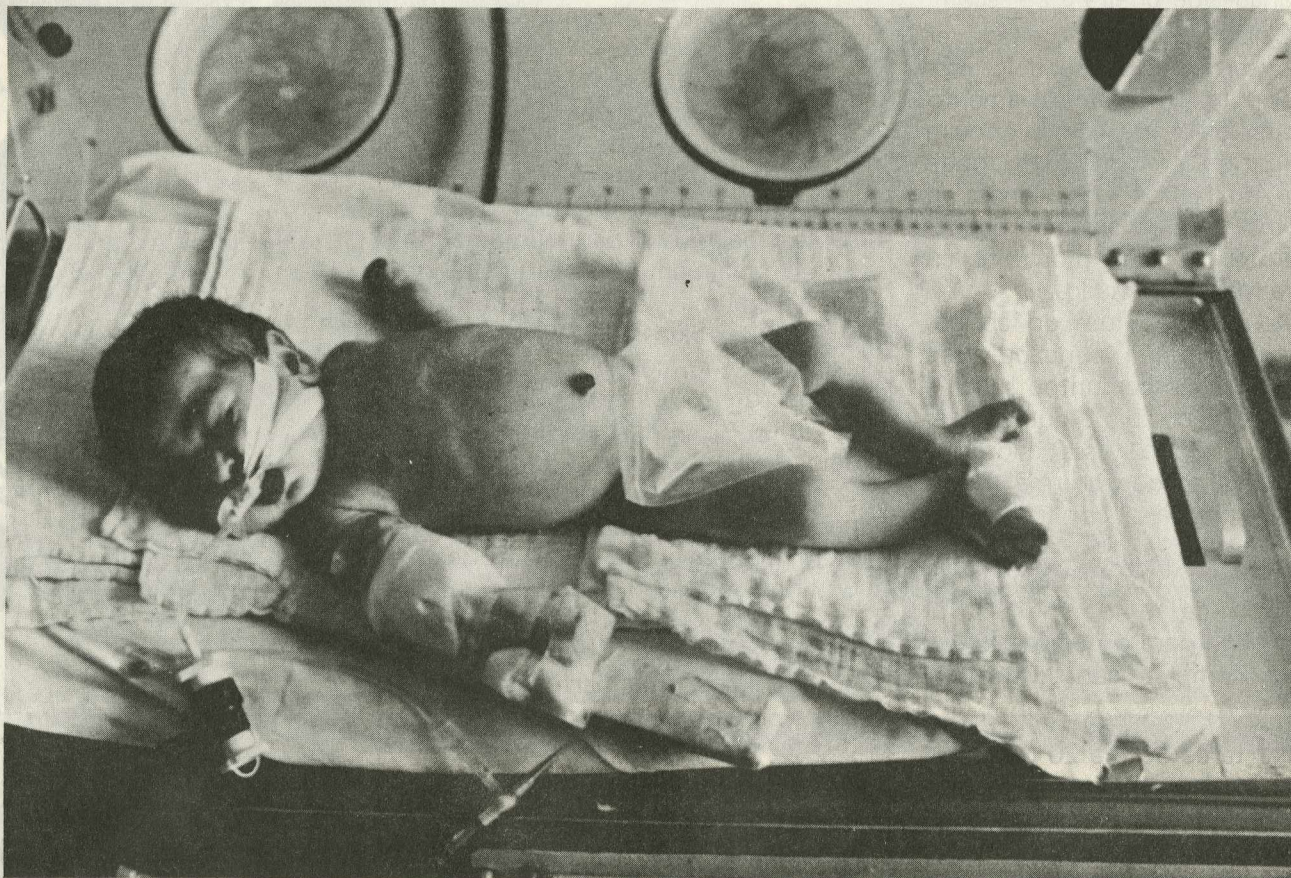
Hoje a ONU tem a responsabilidade de resolver a questão do povo palestino, pois foi ela quem contribuiu para a criação deste problema. ●

Fátima-Palestina

Nagib Al-Hálabi, palestino refugiado no Líbano, perdeu a sua mulher Fátima Al-Suggayar grávida de 9 meses durante o bombardeio israelense sobre o bairro de Fakhani em Beirute, no dia 17 de julho de 1981.

O estalido do obus que atingiu Fátima abriu-lhe o ventre e expeliu o feto e foi resgatado com vida depois da sinistra cesárea.

A seguir o relato do pai da menina Fátima-Palestina, nascida da destruição.



O dia não tinha começado ainda. Minha mulher, Fátima, agora morta, tomou café e foi para a casa de sua irmã, bem ao lado da nossa. Nós morávamos na região de Fakhani, Beirute. No dia anterior, havíamos deixado

a nossa filha Kátia, de dois anos, na casa da tia. Eu fui até a casa de um amigo que morava perto. Eu esperava que houvesse bombardeios israelenses sobre todo o Líbano, a qualquer momento, sobretudo nos lugares onde se

encontravam combatentes palestinos e libaneses. Porém, nunca teria imaginado que um bairro densamente povoado, em Beirute, como o de Fakhani, pudesse ser alvo de um bombardeio de tais dimensões.

Assim que percebi a vibração dos aviões e a seguir as terríveis explosões, joguei-me ao chão. Ergui a cabeça, mas não enxergava nada. Senti bruscamente o cheiro de poeira e as ondas de ar quente. Precipitei-me para o abrigo mais próximo, onde encontrei o meu amigo Bilal, que me disse horrorizado:

— Vi a tua mulher entrando no prédio Rahmeh, que acaba de ser destruído.

O corpo de minha mulher estava coberto de escombros. Um meio fácil de identificá-la, seria examinar, o vestido. Tirei a poeira da saia mas não era o bastante. Para ter certeza olhei bem de perto seu rosto. Era realmente a minha mulher, coberta de sangue, de poeira e de escombros. Não tenho como descrever meus sentimentos naquele momento. Um grupo de salvamento me afastou e me encaminhou a um abrigo próximo dali, onde havia um grupo de crianças, o que me lembrou a minha pequena Kátia. A cada momento eu ficava mais angustiado.

À tarde, já fora do abrigo, encontrei minha cunhada com Kátia. Ela me perguntou sobre a irmã. Eu não sabia o que responder. Ela então disse chorando que já sabia que a irmã estava morta e queria saber onde encontrá-la.

Quando o bombardeio parou, o corpo de minha mulher foi transferido para o necrotério. Eu estava completamente transtornado.

Na tarde do dia 20 de julho, Bilal me mostrou um recorte do jornal libanês **As-Safir** que falava sobre um bebê de um dia de idade que foi encontrado entre as ruínas dos prédios destruídos, e transportado para o hospital. Meu coração começou a bater bem forte: como poderia me esquecer que minha mulher estava no nono mês de gravidez? Como eu poderia aceitar que Fátima tivesse ido embora sem me deixar uma esperança viva, que me animasse a continuar a nossa



Os pais Nagib e Fátima

longa vida de luta, a luta contra as agressões e as invasões israelenses, a luta que compartilhamos juntos?

Corri para o hospital e perguntei pelo bebê. A enfermeira me levou para a sala de crianças traumatizadas. A cena era chocante. Olhei o bebê que estava coberto de bandagem. . . Meu bebê tinha tubos enfiados pelo nariz e pela boca para alimentá-lo artificialmente. Mas seria realmente minha, aquela criança?

Um médico declarou haver examinado o corpo de Fátima no necrotério. Morreu no dia 17 de julho de 1981, no bombardeio israelense sobre o Fakhani. O abdome tinha sido aberto pela explosão de um obus, que a atingiu na altura dos quadris. Os intestinos e o útero estavam deslocados. O útero estava aberto, de forma que dentro dele encontramos uma parte da placenta, mas não o feto. Aconteceu de modo parecido com uma cesárea habitual, e a criança foi expulsa.

Um membro da equipe de socorro, após ter constatado a morte da mãe, cortou o cordão umbilical e transportou o bebê para o hospital.

Seu nome é Fátima-Palestina.

Sim, acrescenta Nagib, ela se transformou num símbolo da luta de nosso povo até a paz. Nós, minha filha e eu, nos sentimos muito honrados quando Yásser Arafat lhe deu este nome".



ISRAEL, A ASCENSÃO DO FASCISMO

Maria de Felipe Martinez



O Estado de Israel assentou suas bases na injustiça cometida contra um outro povo. Desde os seus primórdios, o sionismo ignorou os direitos do povo palestino, excluindo-o de sua sociedade, não permitindo sua integração.

Auto-proclamando-se "movimento de libertação ou de emancipação" pretendia "libertar" uma terra habitada desde há milênios, desvencilhando-se dos seus habitantes.

Sobre semelhantes bases, que tipo de sociedade seria construída? Antes de mais nada, Israel declara-se um Estado democrático. Pró-forma, isto é verdadeiro. Mas, um Estado construído sobre o território de um outro povo, que tenta por todos os meios expulsá-lo e apropriar-se dos seus bens, poderá ser realmente uma democracia?

Acontece que as contradições existentes na base do Estado de

Israel, que não têm feito senão aprofundar-se e agravar-se, marcam de modo palpável a sociedade israelense. Não há, logicamente, dissociação entre as ações que Israel, como Estado, leva à prática e as pessoas e instituições que realizam estas ações.

Se até 1967 a tendência dos governantes foi negar e ocultar o problema de fundo, da grande contradição do Estado de Israel, o problema palestino, após a brutal agressão israelense de 1967 as

tendências oficiais derivaram até a atual posição de força e supremacia absoluta, que Israel representa na região do Oriente Médio.

Isto não quer dizer que antes de 1967 não foram empregados os mais brutais métodos contra a população palestina. E a longa lista de massacres e atrocidades perpetrada contra o povo palestino desde 1947, está disponível para quem duvide disto. Mas existia nos meios oficiais um evidente desejo de negar a magnitude do problema, de esconder a face vergonhosa de Israel. Naturalmente, nada foi feito para solucionar justamente o problema, pois era incompatível com o projeto sionista.

Não, Não e Não

Porém, a partir da ocupação total da Palestina em 1967, o problema aparece com todas suas dimensões, e, mesmo os governantes israelenses continuando a negar essa realidade, a realidade palestina se impõe e condiciona toda a vida, todas as atitudes, o cotidiano da sociedade israelense. De fato, Israel tinha conquistado a ferro e fogo a Cisjordânia e Gaza, e atingido as suas "fronteiras ideais". A tarefa imediata era a colonização da Palestina ocupada, a expulsão de seus habitantes, a destruição da infraestrutura, da economia, da cultura e do modo de vida do povo palestino. Desde o início fica claro que os governantes israelenses, trabalhistas no caso, consideram a Cisjordânia e Gaza como parte integrante do Estado de Israel. E Jerusalém árabe, palestina de ponta a ponta, é anexada formalmente.

Do ponto de vista sionista tudo é muito simples: os palestinos não têm direitos, não são um povo, não são donos de suas terras. Dentro do Estado de Israel deverão viver num regime de submissão, sem plenos direitos e, se necessário, serão expulsos.

Acontece que a tarefa empreendida pelo Estado de Israel não pode ser realizada por simples desejo, mandando instruções a partir de um escritório.

"Apartheid"

Para manter um povo num regime de "apartheid", para destruí-lo e depredá-lo, é necessário sujar as mãos, é necessário criar e alimentar uma certa mentalidade de domínio, de superioridade, é necessário distorcer e deformar, é necessário justificar o injustificável. Como poderia denominar-se tal sociedade de democrática? É o soldado israelense que dinamita as casas dos palestinos, quem espanca as crianças que jogam pedras, quem prende, quem maltrata o palestino. É o funcionário israelense quem desapropria, quem institucionaliza o roubo, quem nega os direitos. É a sociedade israelense quem discrimina, quem persegue o palestino. E quando os palestinos reagem, se organizam e

lutam, é o exército israelense quem bombardeia acampamentos, mata, semeia terror. Para que isto seja possível é necessário criar previamente um clima e uma mentalidade fascistas.

Nas escolas e no exército israelense ensina-se a intolerância, tudo se justifica por pretensos direitos históricos e pretensa superioridade ética e moral. E as conseqüências são evidentes. Hoje, em Israel, as manifestações do mais abominável racismo não provocam grandes reações. Nem os trabalhistas de Shimon Peres nem o Likud de Shamir, naturalmente, preocupam-se. É necessário que seja assim. A campanha destes dois partidos nas últimas eleições, em agosto de 1984, foi marcada pela intolerância, ao ponto de não existir nenhuma diferença entre os programas.

O cavalo de batalha foi sempre o não: não ao Estado Palestino, não ao diálogo com a OLP, não à evacuação dos territórios ocupados, não ao desmantelamento das colônias.



A criança é sempre a principal vítima do sionismo

Às vésperas das eleições, o jornal israelense Davar realizou uma pesquisa de opinião, com os seguintes resultados: 58,5% das pessoas consultadas estão a favor da expulsão pura e simples dos palestinos, ou então da continuação do "apartheid". Entre os jovens israelenses, um em cada quatro é a favor da expulsão dos palestinos.

E isto acontece num estado economicamente falido, com uma taxa de inflação de 900% (estimada para este ano) e uma dívida externa de 25 bilhões de dólares, para uma população de 3 milhões e meio de habitantes, o que resulta na maior dívida "per capita" do mundo. Estes dados tornam-se mais esclarecedores se levarmos em conta que anualmente Israel recebe, em conceito de ajuda (o que não é dívida), 1 bilhão e 600 milhões de dólares dos quais 1 bilhão e 400 milhões como "ajuda militar" e 200 milhões como "ajuda econômica". Apenas como exemplo, a dívida de Israel hoje, comparada com a do Brasil, seria de 700 bilhões de dólares. Só a invasão do Líbano custou a Israel, 2,5 bilhões de dólares, gasto em uma operação fracassada que custou a vida de milhares de civís libaneses e palestinos. Graças a Israel, a situação do Líbano hoje é catastrófica, pois ele ocupa militarmente todo o Sul do país, impondo todo o tipo de arbitrariedades e destruindo a economia e a infra-estrutura do povo libanês, sem ter conseguido seu objetivo de aniquilar a OLP.

Em outro nível, a subserviência de Israel aos interesses norte-americanos, assim como o caráter fascista de seus governantes, tem condicionado uma política externa israelense mercenária. Israel mantém excelentes relações e colabora militarmente com a África do Sul. Tem também prestado relevantes serviços a ditaduras centro-americanas e do cone sul, e hoje arma os grupos terroristas que pretendem derrubar o governo sandinista da Nicará-

gua, democraticamente eleito.

Ao que tudo indica, Israel fornece ajuda a elementos que nem a própria administração norte-americana considera "apresentáveis", fazendo assim o papel de laçao do imperialismo.

Em troca, Israel recebe um tratamento privilegiado para sua monstruosa dívida externa, e até mesmo o "perdão" de parte dela; no entanto os países devedores

em geral, suportam juros altos e condições intoleráveis.

Infelizmente, a cegueira e a intolerância parecem dominar o panorama político israelense. Só uma minoria é consciente e madura o suficiente para compreender que a única solução e a única esperança de uma paz duradoura passa pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino. ●



A violência sionista não escolhe hora ou idade

“Os israelenses, depois de Deir Yassin, praticaram o ‘terror total’ contra os árabes palestinos”.

Ghandi

(Declaração à imprensa mundial, em 1947).

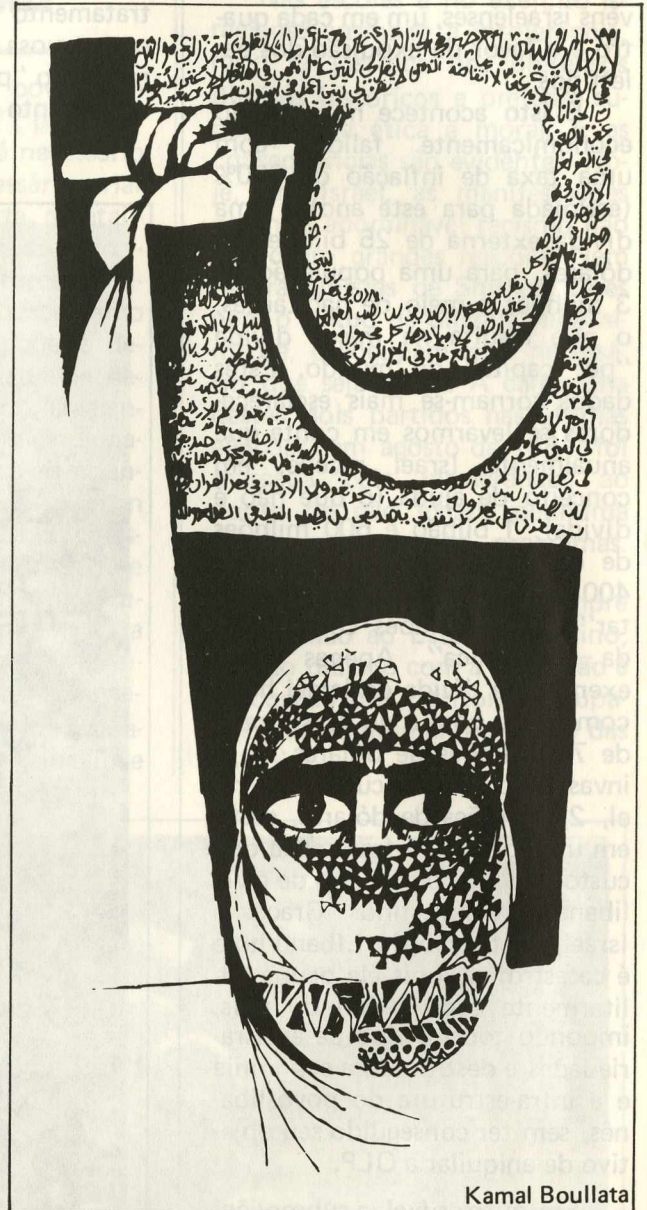
“O perigo mais sério que ameaça os judeus no continente americano não é o anti-semitismo, mas sim a **assimilação voluntária**”.

Max Bressler
Presidente da Organização
Sionista da América
New Herald Tribune
Chapman Ralph – 29-06-62



“Insisto em que os judeus devem ter consciência de que não são assimiláveis aos demais povos”.

Ben Gurion, quando de sua visita ao Brasil
Jornal “O Globo” de 19-05-69



Kamal Boullata

“Eu queria muito mais ver um acordo com os árabes, na base de uma vida em comum, em paz, do que a criação de um Estado judeu. . . meu conhecimento da natureza essencial do judaísmo resiste à idéia de um Estado judeu com fronteiras, um exército e uma certa quantidade de poder temporal, não importa quão modesto. Estou temeroso dos danos internos que o judaísmo sofrerá, especialmente os provenientes do desenvolvimento de um estreito nacionalismo dentro de um Estado Judeu”.

Albert Einstein (“Out My Later – Philosophical Library, p. 263, New York).

“Protestamos contra a pretensão sionista de que Israel representa todos os judeus do mundo e solicitamos da ONU proteção contra a violação israelense dos direitos de cidadania indivisível e de nacionalidade única”.

Elmer Berger, William Zukermann e Alfred Lilienthal, rabinos e filósofos anti-sionistas. (Anais da ONU, 1953).

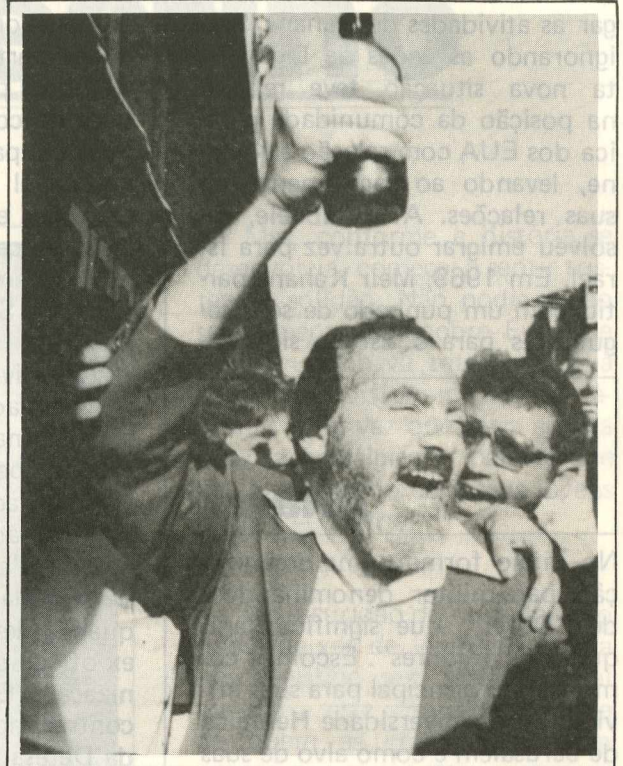
O RABINO

O rabino racista Meir Kahane não é um fenômeno isolado na sociedade israelense.

Meir Kahane pertence a uma família de rabinos norte-americanos. Nasceu dia 1º de agosto de 1932 em um subúrbio de Nova York e herdou de seu pai uma cultura direitista radical, que foi completada na Organização “Bitzar”, pertencente ao movimento reformista sionista, fundado e liderado por Jabotinsky, um dos supervisores de sua cultura política, assim como também o foi, o atual Ministro da Defesa de Israel, M. Arens.

Seu nome apareceu pela 1ª vez na imprensa americana em 1947, quando jogou um tomate podre no então Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Ernest Beven, quando este participava nos EUA, de uma discussão sobre a Questão Palestina na ONU.

Mais tarde deixou a Organização Bitzar e se integrou na Organização religiosa “Bani Aquita”, devido a divergências com os membros da Bitzar, por não serem religiosos. Emigrou para Israel no início dos anos 50, após ter sido reprovado no exame para a obtenção de uma autorização para exercer a advocacia, tornando-se então rabino. Não conseguindo continuar vivendo em Israel, retornou aos EUA um ano



Kahane quer o extermínio dos palestinos

depois. Participou da fundação da revista Jewish Press na qual publica artigos até hoje. Um grande mistério envolve sua vida na segunda metade dos anos 50. No início de 1960, a CIA designou-o para combater as organizações estudantis contrárias a guerra do Vietnã e que tinham grande número de judeus. Uma de suas funções era penetrar nas organizações judaicas contrárias a guerra. Em seguida fundou juntamente com um amigo de infância, o Movimento “Quatro de Julho” (data da Independência dos EUA) para apoiar a guerra do Vietnã.

Agente da CIA

Quando colaborava com a CIA foi encarregado de penetrar em uma Organização direitista, racista, radical, anti-semita e para tal utilizou o pseudônimo de

Michel King, alegando pertencer a uma igreja cristã. Dan Omer do jornal “Haolam Haze”, diz que Kahane conheceu naquela época, a ideologia nazi-facista, e os métodos das organizações radicais tornaram-se os componentes essenciais de sua ideologia e de seu comportamento político. Após a guerra de 1967 Kahane fundou a Liga da Defesa Judaica e começou em 1968 uma série de provocações no gênero propagandístico contra os diplomatas soviéticos e seus familiares. As autoridades americanas fecharam os olhos sobre estas atividades. Quando Nixon decidiu quebrar o gelo entre as relações Oriente/Ocidente, Kahane rompeu suas relações com a CIA e substituiu-as pelas relações com o líder mafioso Jo Colombo que atuava sob a fachada da “Organização dos Direitos Americanos de Origem Italiana”, morto a tiros em um conflito dentro da própria Máfia.

Estas relações e a mudança da política norte-americana com respeito à URSS, levaram as autoridades de Segurança Norte-americana a começarem a investigar as atividades de Kahane, não ignorando as ações da Liga. Esta nova situação teve reflexo na posição da comunidade judaica dos EUA com relação a Kahane, levando ao rompimento de suas relações. Aí então ele, resolveu emigrar outra vez para Israel. Em 1969, Meir Kahane partiu com um punhado de seus seguidores para o Estado sionista.

Ariano

No início formou uma organização para-militar denominando-a de "Dofei", que significa "aniquilar os traidores". Escolheu como campo principal para suas atividades, a Universidade Hebraica de Jerusalém e como alvo de suas agressões, os estudantes de esquerda, tanto árabes como judeus. Em 1972 fundou o Movimento Kach e começou a propagar idéias racistas e fascistas, lembrando imediatamente, tanto no conteúdo, como na metodologia e slogans, as idéias do movimento nazista da Alemanha. Talvez seja suficiente citar aqui que o presidente da Comissão das eleições em 1981, o ex-juiz do Supremo Tribunal, Moshe Etzione, sugeriu nas últimas eleições que se proibisse a participação do Movimento Kach. Justificou sua sugestão: "Não existe a menor dúvida de que este movimento sugere, sem mais nem menos, as leis de Nuremberg, com apenas uma alteração: onde é citada a palavra "Ariana", esta é substituída por "judeu" e onde é citada a palavra "judeu" esta é substituída por "árabe". Os membros da Comissão não aceitaram a proibição do dito movimento.

Este movimento praticou dois tipos de atividades: atividades declaradas e atividades clandestinas. As atividades declara-

das são representadas pela provocação contra os árabes, convidando-os a se retirarem do país, agredindo-os dentro e fora dos territórios ocupados, e mandando provocadores para as reuniões onde participam árabes. Seus membros participaram das tentativas de colonização dos territórios ocupados, desempenharam um papel importante nas manifestações e fizeram um trabalho de provocação contra o governo, no momento em que Israel se retirou do Sinai, da cidade de Yemit.

As atividades clandestinas são representadas na coleta de armas e seu armazenamento, na execução de operações terroristas contra os cidadãos árabes nos territórios ocupados.

Estas atividades foram descobertas pela primeira vez em 1982, quando detiveram Amihai Baglin, ex-oficial das operações da Organização Etzel, quando tentava contrabandear armas para a Liga da Defesa Judaica e a Máfia, nos EUA. Embora o nome de Kahane estivesse relacionado com a operação, as autoridades não tomaram nenhuma medida contra ele.

Em 1980 as forças de segurança prenderam Kahane e seu assessor, Baroch Green, (que administra os assuntos de Kahane nos EUA atualmente) depois da descoberta de depósitos clandestinos de armas do movimento Kach, em vários locais em Israel. Seis meses depois foram liberados.

Impunidade

Em 1981 foi descoberto um depósito de explosivos no telhado de uma escola religiosa no bairro judaico da cidade velha de Jerusalém. Dois dias depois prenderam dois soldados do exército israelense pertencentes ao movimento Kach que tinha ligações

com o depósito, mas Kahane continuou impune. No ano passado (1983), prenderam um grupo do movimento Kach que atirou contra um ônibus que transportava trabalhadores árabes, perto de Ramallah, ferindo sete pessoas. O líder desta operação que foi preso, era o segundo candidato da lista Kach nas eleições daquele ano.

À luz destas ações nazistas de Meir Kahane e seu movimento, o escândalo está compreendido, mas o que surpreende é que o governo de Israel ignora estas ações.

Kahane é o resultado simbólico da política dos sucessivos governos israelenses, tanto da liderança do Likud como dos Trabalhistas, ante o povo palestino em geral e os árabes dos territórios ocupados em particular.

A lógica que permite uma sentença de prisão durante 20 anos para uma criança que joga uma pedra em um carro israelense e, por outro lado deixa impune um líder fanático que propaga a expulsão dos árabes de sua pátria; cujo movimento que lidera, prática matança contra este povo; que possui armas para explodir bairros inteiros, na verdade, é a lógica que levou Kahane até o Knesset (parlamento israelense). Esta é a lógica sionista.

Transcrito da Revista Al-yom Assa'Beh (Paris). ●



(Kol Hair, Jérusalem)

O rabino Meir Kahane, para Hitler:

— Estou OK?

Hitler:

— Sim, mas (você é) judeu.

ET: Palestino



Um palestino recebeu esta carta de um amigo em Paris.

"Durante o Natal e o Ano Novo fiz uma visita à Paris. Por acaso, encontrei um velho amigo, outro palestino, que me convenceu a acompanhá-lo ao cinema. Imediatamente aceitei o convite. Mais tarde, entramos numa longa fila de pessoas que também esperavam comprar uma entrada para ver o que foi o "filme do ano" de 1982.

Estava animado em ir novamente ao cinema, um prazer que

perdi durante a minha longa estadia em Beirute por medo de explosões, carro-bombas e outras inconveniências.

O filme, E.T., é atualmente um assunto predileto para crianças de 6 a 60 anos. Os jornais e revistas só falavam nele. Portanto, estava curioso para ver esta última produção do cinema americano. Imaginei algo novo ou relaxante.

Pensei que um filme agradável pudesse me fazer esquecer de minha situação — um ser sem pátria. Havia também perdido a base política temporária dos palestinos e da OLP em Beirute.

Mas, conforme a história se desenvolvia, comecei a sentir tristeza e solidão. Não podia senão sentir pena pelo pobre E.T. que também sonhava retornar à sua terra. Foi difícil segurar as lágrimas cada vez que dizia aquela palavra nostálgica — palavra que havia aprendido com seus jovens amigos — "Pátria".

Na escuridão do corredor não podia deixar de lembrar que era um palestino sem terra — igual ao E.T., esta criatura estranha de quem as crianças sentiram pena e a quem protegeram e esconderam da polícia. Estava tentando voltar a sua terra, assim como os palestinos tentam fazer há 34 anos.

Saí do cinema melancolicamente com a palavra "pátria" em meus lábios. Enquanto eu e meu amigo caminhávamos lentamente pela famosa avenida parisiense, a Champs-Élysées, procurando um lugar para comer, repetia na minha mente a palavra "pátria", lembrando que não podia nem sequer visitar a minha mãe na ocupada Zona Oeste. No filme, E.T., após algumas tentativas, consegue voltar à sua terra. O povo palestino se esforça há 34 anos pelo mesmo ideal sem êxito. De certa forma eu o invejava, porque não podia voltar à minha casa para visitar minha mãe na época de Natal e Ano Novo.

No silêncio pensei — desejava tanto poder entrar num foguete e regressar à minha terra..

CARTAS

À Sua Senhoria o Senhor Doutor Farid Sawan,

Mui Digno Representante da Organização Para Libertação da Palestina no Brasil.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Senhoria cópia autêntica do Requerimento P — 1897/84, de iniciativa do Vereador Luiz Tenório de Lima e outros.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria os protestos de minha distinta consideração.

Altino Lima
Presidente
Câmara Municipal de São Paulo

Voto de Júbilo e Congratulações com a Representação da OLP — Organização para a Libertação da Palestina, no Brasil, pela Edição da Revista "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois".

Requeremos à Douta Mesa, ouvido o Egrégio Plenário, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais desta Casa voto de júbilo e congratulações com a Representação da OLP — Organização para a Libertação da Palestina, no Brasil, pela edição da Revista "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois". A publicação "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois" constitui importante e preciosa reconstituição jornalística dos fatos que estarreceram o mundo, quando civis palestinos foram massacrados, numa criminosa ação acobertada e estimulada pelo exército invasor sionista israelense. O povo brasileiro, amante da paz e que sempre repudiou os massacres e a violência, é profundamente solidário com o povo palestino e exige o fim destas atrocidades, bem como exige o imediato reconhecimento de um Estado autônomo na Palestina ocupada, dirigido pela OLP, única representante legítima do heróico povo palestino.

Sr. Editor:

Recebemos e agradecemos o envio de "Sabra e Chatila — Dois anos depois".

Universidade Federal do Pará
Biblioteca Central
Setor de Intercâmbio
Belém - PA

Sr. Editor:

Acuso e agradeço a remessa da publicação "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois".

No ensejo, expresso a Vossa Senhoria meus protestos de apreço e consideração.

Laércio Dias Franco
Vice-Governador do Estado do Pará

Sr. Editor:

Tomei conhecimento, por intermédio de um conhecido, de uma publicação desta organização, intitulada "Sabra e Chatila — Dois anos depois", uma revista de 20 páginas, que foi enviada para minha cidade.

Gostaria de receber a aludida revista, pois o assunto do massacre de Sabra e Chatila interessa-me. Agradeceria, portanto, que o Sr. me enviasse um exemplar.

Álvaro José dos Santos Silva
Vitória - ES

N.R. — Estamos providenciando.

Sr. Editor:

Foi com muito interesse que há pouco tempo li uma publicação da OLP, e fiquei muito interessado com os fatos que estão acontecendo com o povo da Palestina. A publicação chama-se "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois".

Gostaria muito de ter esta revista, para minha biblioteca, e acho muito importante que toda a humanidade saiba o que está acontecendo no Oriente Médio.

Juan Pinto B.
Universidade Federal de Viçosa-MG

Sr. Editor:

Tive a oportunidade de ler sobre o massacre de Sabra e Chatila (**Sabra e Chatila — Dois anos depois**) e gostaria de receber algum material sobre a causa palestina, uma vez que não disponho de material para desenvolver este estudo e, também, as informações que geralmente temos são muito tendenciosas, pois são veiculadas pela grande imprensa.

Desirée Sépe De Marco
São Paulo - SP

NR — Já foi providenciado.

Sr. Editor:

Venho por meio desta, comunicar-lhe minha simpatia pela Revista "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois". Chego a esta conclusão devido ao conteúdo franco e objetivo, pela apresentação de um cenário sócio-político-econômico que vem manifestar um sentido de exploração, pelas fotografias que demonstram de maneira clara e evidente toda uma realidade existente.

Mário Sérgio de Lima
Natal - RN

Sr. Editor:

Comunico-lhes que recebi a Revista "Sabra e Chatila — Dois Anos Depois", enviada de Brasília. Sabemos dos horrores praticados por Israel contra o povo palestino, mas é sempre recomendável ter em mente que o acontecido pode se repetir e que não deve ser esquecido.

Todos os que procuram pautar suas vidas dentro do respeito pelos direitos humanos não podem silenciar e deixar de apoiar a causa palestina, vítima da prepotência e da crueldade do Estado de Israel. Por ocasião do massacre, escrevi cartas para o Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, protestando contra Israel, mas não foram divulgadas. Sabemos porque. . .

A revista está de parabéns pela apresentação singela e eloqüente de uma seqüência de fatos de extrema gravidade que revelam com toda a crueldade a face dos opressores de hoje, vítimas de ontem.

Com muito respeito, fraternais saudações.

Judith Vieira Lisboa
Rio de Janeiro - RJ

Sr. Editor:

Tive o prazer de ler uma revista, informativa, publicada por esta Organização sobre o massacre de palestinos no Líbano (massacre de Sabra e Chatila) fiquei comovido com as dificuldades e o heroísmo dos palestinos que, apesar de várias pressões, continuam lutando pelos seus direitos.

Fica aqui a minha consideração a esta Organização que visa informar sobre o povo palestino, e despertar, em pessoas como eu, o interesse por uma causa tão justa.

João Carneiro Ribeiro
Vitória - ES

“Mas eles não são seres humanos, não são gente, todos eles são árabes”.

David Hacohen

Pres. da Com. de Rel. Exteriores
do Parlamento Israelense

18/10/73



CORREÇÕES

Na pág. 3, onde está escrito 1967, leia-se 1977; onde está escrito resolução 40-32, leia-se 32/40; onde está escrito 1/3 leia-se 1/2; na pág. 8, onde está escrito 1882, leia-se 1922. Na pág. 14, onde está escrito 1947, leia-se 1948.



Kamal Boullata

Qual é o fundamento secular do judaísmo? A necessidade prática, o interesse egoísta.

Qual é o culto secular praticado pelo judeu? A usura. Qual o Deus secular? O dinheiro.

Pois bem, a emancipação da usura e do dinheiro, isto é, do judaísmo prático, real, seria a autoemancipação de nossa época.

Uma organização social que acabasse com as premissas da usura e, portanto, com a possibilidade desta, tornaria impossível o judeu. Sua consciência religiosa se desanuviaria como um vapor turvo que pairava na atmosfera real da sociedade. Por outro lado, ao reconhecer como nula esta sua essência prática e ao trabalhar por sua anulação, o judeu está se empenhando, com o amparo de seu desenvolvimento anterior, pela emancipação humana pura e simples e manifestando-se contra a suprema expressão prática da autoalienação humana.

Mas, reconhecemos no judaísmo um elemento antisocial presente de caráter geral, que o desenvolvimento histórico — que conta com a zelosa colaboração dos judeus — neste aspecto se encarregou de levar até o apogeu em que hoje se encontra e a partir do qual tem que dissolver-se necessariamente.

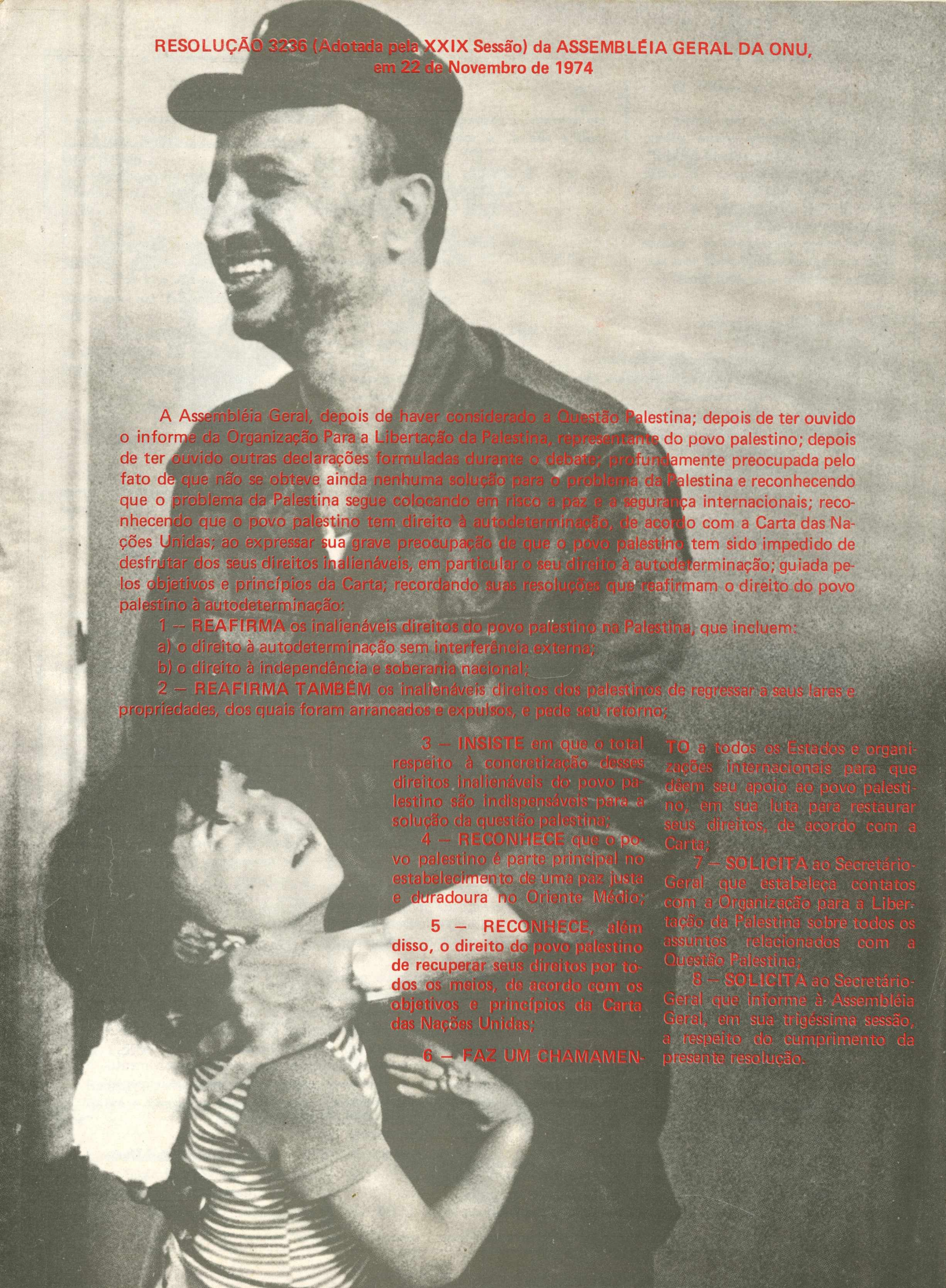
A emancipação dos judeus é, em última análise, a emancipação da humanidade do judaísmo.

A QUESTÃO JUDAICA pág. 55/56

Karl Marx

Gráfica Editora Laemmert S/A - Rio de Janeiro - Guanabara
Tradução e apresentação — Wladimir Gomide

**RESOLUÇÃO 3236 (Adotada pela XXIX Sessão) da ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU,
em 22 de Novembro de 1974**



A Assembléia Geral, depois de haver considerado a Questão Palestina; depois de ter ouvido o informe da Organização Para a Libertação da Palestina, representante do povo palestino; depois de ter ouvido outras declarações formuladas durante o debate; profundamente preocupada pelo fato de que não se obteve ainda nenhuma solução para o problema da Palestina e reconhecendo que o problema da Palestina segue colocando em risco a paz e a segurança internacionais; reconhecendo que o povo palestino tem direito à autodeterminação, de acordo com a Carta das Nações Unidas; ao expressar sua grave preocupação de que o povo palestino tem sido impedido de desfrutar dos seus direitos inalienáveis, em particular o seu direito à autodeterminação; guiada pelos objetivos e princípios da Carta; recordando suas resoluções que reafirmam o direito do povo palestino à autodeterminação:

1 — **REAFIRMA** os inalienáveis direitos do povo palestino na Palestina, que incluem:

- a) o direito à autodeterminação sem interferência externa;
- b) o direito à independência e soberania nacional;

2 — **REAFIRMA TAMBÉM** os inalienáveis direitos dos palestinos de regressar a seus lares e propriedades, dos quais foram arrancados e expulsos, e pede seu retorno;

3 — **INSISTE** em que o total respeito à concretização desses direitos inalienáveis do povo palestino são indispensáveis para a solução da questão palestina;

4 — **RECONHECE** que o povo palestino é parte principal no estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio;

5 — **RECONHECE**, além disso, o direito do povo palestino de recuperar seus direitos por todos os meios, de acordo com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas;

6 — **FAZ UM CHAMAMEN-**

TO a todos os Estados e organizações internacionais para que dêem seu apoio ao povo palestino, em sua luta para restaurar seus direitos, de acordo com a Carta;

7 — **SOLICITA** ao Secretário-Geral que estabeleça contatos com a Organização para a Libertação da Palestina sobre todos os assuntos relacionados com a Questão Palestina;

8 — **SOLICITA** ao Secretário-Geral que informe à Assembléia Geral, em sua trigéssima sessão, a respeito do cumprimento da presente resolução.